

POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA

A Participação de Mato Grosso no Plano Nacional Setorial de Museus

NATIONAL POLICY OF CULTURE Participation of Mato Grosso in the National Sectorial Plan of Museus

Jocenaide Maria Rossetto Silva⁴⁵

RESUMO: Artigo resultante de pesquisas⁴⁶ sobre os museus de Mato Grosso e a participação do estado na elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus e, conseqüentemente, na Política Nacional de Cultura (2010-2020).

Palavras-chave: História Cultural. Políticas Públicas para os Museus. Plano Nacional Setorial de Museus.

ABSTRACT: This article results from research on the museums of Mato Grosso and participation of this state in the drawing of the National Sector Plan for Museums and, consequently, in the National Culture policy (2010-2010).

Keywords: Culture History. Public Policies for Museums. National Sector Plan for Museums.

A Problemática dos Museus no Contexto Político

A partir de 2003, evidenciou-se no cenário político educacional e cultural a ampliação das universidades e dos cursos de graduação no Brasil, inclusive no campo da museologia. Registrou (SILVA, 2009) que no início do século XXI eram dois os cursos de graduação em Museologia, os quais em 2009, multiplicaram-se para dez, e ainda foi criado um Mestrado nessa área, na

Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Tais ações são atribuídas à criação e implementação da Política Nacional de Museus (PNM), em 2003, que foi elaborada no Brasil e implantada nos oito anos seguintes.

As principais ações da Política Nacional dos Museus (PNM) foram a criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), do Cadastro Nacional de Museus (CNM), do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), além da elaboração e aprovação do Estatuto de Museus.

Esta política consolidou-se por meio de programas, projetos e editais que fomentaram a modernização e a criação de museus. Em 2010 foi concluído o Plano Nacional Setorial de Museus, destinado a integrar a Política Nacional de Cultura, ou seja, como um instrumento do planejamento estratégico da cultura.

O exposto indica que, politicamente, dois campos de formação e ação de intelectuais, as Universidades e os Museus, mostram-se promissores diante das adversidades que se arrastam historicamente na esfera cultural do Brasil. No documento do Plano Nacional Setorial de Museus (2011, p. 3), assim foi registrado “[...] os museus vêm ganhando importância na vida cultural e social, sendo reconhecidos como agentes de transformação da sociedade e espaços de encontro e diálogo entre os mais diversos grupos sociais”.

Contudo, a obtenção de uma conquista aqui e outra ali, não significa que tenha mudado significativamente a realidade da preservação do patrimônio cultural nos museus que mantêm acervos de afrodescendentes, indígenas e dos imigrantes pobres e seus descendentes no Brasil. Estes sujeitos foram, e ainda somos, vítimas do colonialismo europeu e do capitalismo, inclusive no que se refere à educação e também à manutenção das memórias, histórias e tradições em *lugares de memórias* (NORA, 2009), conforme vem se consolidando a ideia do museu nas últimas décadas.

Para visualizar o caráter real dessa afirmação, basta que se faça uma breve retrospectiva histórica ao século XVI, marcado pelas grandes navegações e conquistas coloniais em direção à América, e cujo contexto brasileiro tem na diáspora africana sua principal fonte de mão de obra, garantindo riqueza e poder à monarquia portuguesa, aos membros da Corte e à burguesia durante os séculos seguintes, pela via da escravidão. Mais tarde, já remontando ao final do século XIX, com o fim da Monarquia, registra-se a

abolição da escravatura, parto da pobreza e da miséria que cresceram e se estendem até a atualidade. Acrescenta-se que estas não vieram só para os africanos e seus descendentes brasileiros, mas também para os imigrantes pobres, filhos de uma Europa madrastra, os quais, acreditando nas políticas de incentivo, vislumbravam fartura e melhores condições de vida no Brasil. Assim, afrodescendentes, imigrantes pobres e seus descendentes somaram-se aos povos indígenas e geraram filhos para aumentar a multidão de analfabetos, sem teto, sem terra, sem alimentos... da atualidade.

É nestas condições que observo os museus e os sujeitos históricos no Brasil, numa luta constante para sobreviver, lidando a cada dia com as precárias situações materiais, dificuldade de acesso a emprego, saúde, educação e aos objetos da cultura, onde assimilam e se apropriam paradoxalmente dos *dispositivos* da modernidade. Mostra (AGAMBEN, 2009) que estes últimos geram a docilidade dos viventes, a ponto de torná-los simplesmente números e espectros de seres subjetivos, submetidos aos dispositivos de controle social (máquina de governo), aos dispositivos tradicionais (prisão, confissão, escola...) e aos dispositivos hodiernos (Internet, celulares, televisão, câmeras de monitoramento urbano...).

Trato, então, de uma realidade cultural com características globalizantes, marcada pela rapidez e que vem tornando-se a cada dia mais subjetiva, devido à inserção no cotidiano das relações e do poder capitalista veiculado pelas novas tecnologias; uma realidade transgressora dos direitos humanos e sociais, numa ação permanente de espoliação material e imaterial dos sujeitos, inclusive concernente ao campo das memórias e tradições.

Neste contexto salientam-se as políticas globalizadoras, centralizadoras e controladoras da gestão do *Patrimônio Mundial* e do *Conselho*

Internacional de Museus-Icom, criado em 1946 - ambos no âmbito da Unesco - nas quais se vêem *redes e portais* se constituindo, bem como direcionando as políticas culturais e educacionais dos países. Redes abertas que desempenham papéis importantes de registros e ouvidorias de culturas distribuídas pelo planeta, mas que também podem ser mecanismos de controle virtual das realidades nacionais.

Teresa Cristina Scheiner, que é museóloga, doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Unirio, aponta, em 2007, que, na articulação das redes sobre o patrimônio e os museus, existem pontos em comum:

- a. O flagrante espírito universalista das propostas, denotando uma preocupação comum com o patrimônio como valor e bem universal — o que, de certa forma, desconsidera a existência de patrimônios locais e as questões ligadas à soberania dos Estados-nação sobre seus patrimônios;
- b. O foco de origem da maioria dessas redes — países europeus, com tradição colonialista (Bélgica, França, Espanha, Inglaterra e até Holanda).
- c. No âmbito da Museologia, destaca-se no panorama latino-americano a Rede ILAM — Rede Latino-americana de Informações sobre Museus. Constituída na Costa Rica, com capital e especialistas holandeses, pretende constituir-se como a principal rede informacional da Região no campo da Museologia. Um dos objetivos da Rede (associada ao ILAM — Rede Latino-americana de Museologia) é oferecer formação *online* sobre o patrimônio cultural musealizado. (SCHEINER, 2007, p.45).

Visto que, conforme indica a pesquisadora citada, encontra-se nos projetos globais uma desconsideração à existência de patrimônios locais e à soberania das nações sobre seus patrimônios, assim como a origem das redes situa-se na Europa, em países de tradição colonialista — fato sintomático do exercício do poder baseado historicamente no eurocentrismo, — o patrimônio virtualizado torna-se, portanto, informação dotada de valor cultural, econômico e político.

Inserido nessa realidade, há o fato de que nas práticas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, desde os conceitos, definições e compartimentações das áreas patrimoniais até as ações desenvolvidas na realidade social e cultural brasileira seguem as diretrizes da Unesco.

No foco específico do estado de Mato Grosso, conforme documentação levantada por esta pesquisadora (SILVA, 2009), o mesmo não participou diretamente da produção da Política Nacional de Museus, implementada a partir do ano de 2003, embora existam mais de sessenta museus em seus municípios. Participou, contudo, da elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus, concebido para integrar a Política Nacional de Cultura (2010-2020), temas que tratarei a seguir.

A Política Nacional de Museus-PNM

A Política Nacional de Museus foi lançada no Museu Histórico Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, em 2003. Ao se verificar o histórico de sua composição, apresentado pelos intelectuais da museologia José do Nascimento Júnior e Mário de Souza Chagas, observa-se a participação de profissionais e interessados de diferentes setores da sociedade brasileira e que "... contou também com a leitura crítica, atenta e

sugestiva de profissionais que atuam na França, na Holanda e em Portugal”, como explicitam ao se referirem às quatro etapas de sua realização:

1. Elaboração de um documento básico para discussão geral com a participação de representantes de entidades e organizações museológicas e universidades, além de profissionais de destacada atuação na área. Esse documento levou em conta a “Carta de Rio Grande” e o texto “Imaginação museal a serviço da Cultura” [...]

2. Apresentação e debate público do documento básico, em reuniões ampliadas, no Rio de Janeiro e em Brasília, entre 23 e 27 de março de 2003, com a participação de 23 diretores de museus, representantes das secretarias estaduais e municipais de cultura, professores de universidades, representantes de entidades e organizações museológicas de âmbito nacional e internacional. Mais de uma centena de pessoas.

3. Ampla disseminação e discussão do documento básico por meio eletrônico e reuniões presenciais. Profissionais de museus de diferentes áreas do conhecimento, professores, estudantes, aposentados, pesquisadores, técnicos, gestores culturais, líderes comunitários, políticos, educadores, jornalistas e artistas – enfim, todos os interessados em participar do debate – puderam contribuir livre e democraticamente para o aprimoramento da proposta inicial. Além das múltiplas e expressivas contribuições nacionais, o documento contou também com a leitura crítica, atenta e sugestiva de profissionais que atuam na França, na Holanda e em Portugal.

4. Finalmente, uma equipe mista, formada por representantes do poder público e da sociedade civil, consolidou as diferentes sugestões e apresentou uma nova versão para o documento

inicial. Essa versão foi mais uma vez submetida ao debate por meio eletrônico, corrigida, ajustada, aprovada, publicada e lançada no outono de 2003. (NASCIMENTO JR.; CHAGAS, 2007, p. 34; *grifô meu*).

Os esforços para se fazer uma gestão participativa são evidentes, a começar pela tessitura e participação dos autores e colaboradores do Caderno. As regiões de procedência dos 89 profissionais, 49 museus e 56 órgãos representativos do campo patrimonial, dos cursos de graduação e pós-graduação em Museologia e de outras instituições que atuam na área governamental e que cobrem quase todas as regiões litorâneas, porém com a participação de poucas unidades posicionadas no interior do Brasil, ficando fora, inclusive, o estado de Mato Grosso, meu *locus* de pesquisa.

Estes mesmos profissionais consideram como pontos positivos da Política Nacional de Museus a “ampla rede de apoio e colaboração nacional e internacional”. A implementação dessa política agrega um modelo de gestão que parece preocupar-se com a articulação de instrumentos institucionais de fomento e instrumentos de democratização, visando à organização institucional do setor museológico. Ressaltam-se nos instrumentos de democratização:

[...] formação de uma rede de colaboradores nacionais e internacionais. O Sistema Brasileiro de Museus, por sua capacidade de aglutinação e articulação de entidades e atores sociais, é um dos pontos de destaque dessa rede. Outros instrumentos de democratização são as redes temáticas, o lançamento de editais, os programas de capacitação e formação profissional, o programa de cooperação internacional desenvolvido com a Espanha e com Portugal, a realização de fóruns estaduais e municipais de museus e a criação

e a revitalização de sistemas estaduais e municipais de museus. (NASCIMENTO JR.; CHAGAS, 2007, p. 34).

A participação externa, em especial da Holanda, Portugal e Espanha na Política Nacional dos Museus, assim como se dá em políticas de outras áreas no Brasil, é recebida com louvores. Todavia, vê-se a “luta” dos brasileiros para participar de projetos globalizantes, intercâmbios internacionais, viagens etc.... Verifica-se, também, um certo descuido para com as situações de dominação em nome da diplomacia internacional. Neste caso, parece importante lembrar que historicamente se deram diferentes formas de colonialismo, imperialismo, formas de mediação e resistência.

Entre os instrumentos institucionais, registram-se

as já mencionadas criações do Sistema Brasileiro de Museus –SBM e do Instituto Brasileiro de Museus-Ibram, assim como a **legislação para o campo museal e o Estatuto de Museus**. A política prevê a constituição de “redes”, cuja composição se dá pela participação de organismos nacionais e internacionais, que podem fomentar financeiramente os programas, projetos, publicações, intercâmbios e outras formas de apoio. É o caso da Organização das Nações Unidas – ONU; do Conselho Internacional de Museus – ICOM; do Instituto Latino-americano de Museos – ILAM; do European Museums Information Institute – EMII; do Museum Computer Network; do Network of European Museum Organizations - NEMO; da Red Centroamericana de Museos - Redcamus e outros, como as instituições governamentais (Quadro 1) de diversos países:

País	Instituição
Colômbia	Red Nacional de Museus
Chile	Dirección de Bibliotecas, Archivos e Museos
Croácia	Museum Documentation Centre
Canadá	Canadian HeritageInformation Network
Espanha	Ministério da Cultura / Museus - Departament de Cultura - Generalitat de Catalunya
França	Direction de Musées de France
Inglaterra	Museums, Libraries and Archives Council -MLA
Itália	Sistema Museo
Portugal	Instituto Português de Museus - IPM / Rede Portugues de Museus - RPM
Romênia	National Network of Romanian Museums

Quadro 1. Instituições governamentais da Rede de museus
Fonte: SILVA, 2009, p. 29.

Na Rede Nacional, algumas instituições lançam editais de apoio aos museus, sendo esta a via de acesso aos recursos para a área museológica. Trata-se da Petrobrás, Caixa Econômica Federal, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-

BNDS e outros.

Neste campo de atuação, reflexão e análise, observo, ainda, profissionais e intelectuais que se empenham em fazer mediações culturais entre o local e o global, a exemplo do antropólogo Antônio A. Arantes,

que se reporta à questão dos inventários, salvaguarda e preservação do patrimônio assim se expressando:

A preservação do patrimônio só será sustentável e, portanto, efetiva, quando ocorrer uma mediação adequada entre os parâmetros estabelecidos por convenções internacionais e as condições, demandas e possibilidades existentes nos contextos nacionais e locais. Ainda que partindo de uma base legal e conceitual compartilhada, as metodologias e estratégias de pesquisa variam de acordo com os contextos singulares em que são implementadas e, por que não dizer, conforme as prioridades das políticas locais às quais deverão responder. Mesmo assim, em fóruns nacionais e em reuniões internacionais de especialistas, algumas questões teóricas, técnicas e éticas revelam-se recorrentes. (ARANTES, 2009, p. 173.)

Neste caso, o autor se refere a importância da mediação entre os parâmetros estabelecidos por convenções internacionais e as condições, demandas e possibilidades existentes nos contextos nacionais e locais. Ressalta, inclusive, que na criação de metodologias e estratégias de pesquisa relevante se considerar as políticas locais voltadas à preservação do *patrimônio tangível e intangível*, como performances, canções, narrativas ou conhecimentos tradicionais.

Vejo com cautela tais posicionamentos, mas concordo com os elementos e sujeitos mediadores nas relações estabelecidas entre seres humanos, embora não ignore os tentáculos colonialistas que se apresentam nas fissuras do capitalismo, com posturas dominadoras de algumas nações sobre outras, assim como as situações de discriminação e racismo. No caso em estudo, constato que a Política Nacional de Museus mantém ligações internacionais, inclusive no que se refere aos

subsídios econômicos necessários à sua implementação; temo que, para além da dependência econômica e política, ela também se submeta à dependência cultural.

No campo das formas de resistência à dominação externa, Maria Antonieta Antonacci recomenda as seguintes estratégias, baseadas na diversidade, livre circulação e entrelaçamentos culturais:

Para desmontagem dos procedimentos centrais no fazer-se do imperialismo, colonialismo e racismo são vitais formas de defesa da diversidade, da livre circulação e entrelaçamentos culturais frente a processos globalizantes que tentam subjugar a singularidade histórica de lugares onde são emitidas vozes dissonantes e formas de compreensão de que as culturas não *são*, mas *estão* em processo de *Relação*, como enuncia o poeta e filósofo caribenho, Édouard Glissant. (ANTONACCI, 2010. p. 6)

Quanto aos processos de relações culturais, observam-se, no Brasil, os avanços institucionais no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no que se refere à cultura imaterial, como o “cadastro nacional de capoeira” e outros inventários, registros e programas.

Ganha relevo também a criação, no ano de 2003, do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DEMU/IPHAN e, em 2009, sua “transformação” e conquista de autonomia, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. Este processo contou, inclusive, inclusive com concurso público para a contratação de profissionais qualificados para os cargos criados, demonstrando a atenção do Ministério da Cultura para com a área museológica e traduzindo:

[...] o reconhecimento efetivo de que a especificidade do campo museal requer e justifica, sobretudo no mundo contemporâneo, um campo próprio de institucionalização. A vitalidade desse campo decorre de sua capacidade *sui generis* de mesclar preservação, investigação e comunicação; tradição, criação e modernização; identidade, alteridade e hibridismo; localidade, nacionalidade e universalidade. Hoje, o centro de gravidade da política cultural do Brasil passa pelo território dos museus. (NASCIMENTO JR.; CHAGAS, 2007, p. 35)

Desde 2003, o DEMU e o Ibram empenharam-se na criação e consolidação dos Sistemas Estaduais de Museus, em cujo espaço destaco que a Secretaria Estadual de Cultura de Mato Grosso, que, por meio dos esforços da Coordenadora de Patrimônio, Maria Antúlia Leventi, também criou o Sistema Estadual de Museus de Mato Grosso.

O DEMU e o Ibram realizam fóruns de discussões a cada dois anos, sendo que em 2010 houve convocações para o empreendimento de discussões e a composição de uma pauta apresentada no 4º Fórum Nacional de Museus “*Direito à Memória, Direito a Museus*”, realizado de 12 a 17 de julho, no Centro de convenções Ulysses Guimarães, em Brasília.

O Fórum Nacional de Museus é um evento bienal, promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus-Ibram/MinC, e tem abrangência nacional; seu objetivo é mobilizar, refletir, avaliar e estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Museus. No referido Fórum esse evento, a participação dos diversos segmentos sociais e secretarias estaduais de cultura criou expectativas de mudanças, embora saibamos que projetos locais, significativos para as populações envolvidas, requerem muito mais do que uma política

nacional autônoma para os museus.

Desdobramentos da Política Nacional de Museus: as propostas do estado de Mato Grosso para a elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus (2010 a 2020)

Pierre Nora afirma que, na contemporaneidade, há um rompimento com o passado e um esfacelamento da memória, mas que esta, mesmo esfacelada, é recomposta nos *lugares de memória*, tornando-se veículo de um sentimento de continuidade. Explica, desta forma, a diferença entre memória e história e suas interligações:

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A memória instala a lembrança no sagrado a história a liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história se liga às continuidades temporais, às evoluções, e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 2009. p.06)

Artigos

Em se tratando dos *lugares de memória* de Mato Grosso, observa-se que, em 2009, um levantamento dos museus existentes no estado totalizou cinquenta e nove, dos quais dezenove (Quadro 2) se localizam em

Cuiabá, na capital, e quarenta museus e memoriais registrados situam-se em vinte e quatro, dos cento e quarenta e dois municípios (Quadro 3).

MUSEUS		ENDEREÇO
01	Museu de Arte e Cultura Popular da UFMT	Rua Alziro Zarur - Bairro Boa Esperança- Fone (65)36158353
02	Museu da PNMTCEL PM RR Ubaldo M. da Silva	Av. 15 de Novembro, 669 Fone (65)39018290
03	Museu das Bonecas e Brinquedos	Rua G, quadra 5, casa 3 - Jardim Flamboyant- Fone (65) 36264186
04	Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense	Rua G, quadra 5, casa 3 - Jardim Flamboyant- Fone (65) 36264186
05	Museu do Rio Hid Alfredo Scaff - Rio Cuiabá	Pça. Coronel Moreira - Porto - Fone (65) 30273269
06	Museu de História Natural e Antropologia	Fechado
07	Museu Rondon	Av. Fernando Corrêa – UFMT/Antropologia Fone (65) 3615-8479 / 3615-8476
08	Museu da Imagem e do Som de Cuiabá Lázaro Papazian Chau	R. Voluntários da Pátria, s/n (esq/ R.7 de Setembro). Centro. Fone (65) 3025-4109
09	Museu de Pré-História Casa Dom Aquino-MCDA	Av. Beira Rio, 2.000 - Fone (65) 3613-9290, E-mail: museudeprehistoria@terra.com.br
10	Museu Homem Brasileiro –MHB	Av. Alziro Zarur, 1.695 - Bairro Boa Esperança- Fone (65) 3664-2407 E-mail: museuhomembrasileiro@gmail.com
11	Museu de Pedras Ramis Bucair	R. Galdino Pimentel 195 -Centro Fone (65)3322-5054/3623-7353)
12	Museu de Artesanato de Mato Grosso	Bairro Porto
13	Museu de Arte Sacra	Praça do Seminário, s/n - Centro Fone (65) 3613-9210
14	16º Batalhão de Caçadores Laguna	Av. 31 de Março, 171
15	Memorial da Água Engenheiro José L.B.Garcia	Av. Presidente Marques - Centro - Complexo Central da SANECAP
16	Memorial João Paulo II	Bairro Morada do Ouro II
17	Museu do SESC Arsenal	Bairro Porto
18	Museu Histórico de Mato Grosso	Praça da Republica - Centro
19	Aquário Municipal de Cuiabá	Bairro Porto

Quadro 2. Museus em Cuiabá (2009)

Fonte: SILVA, 2009, p. 35.

	MUSEUS	LOCALIZAÇÃO/MUNICÍPIO
1	Museu Estadual de Paleontologia e Arqueologia	Alta Floresta
2	Museu de História Natural de Alta Floresta	
3	Museu de Voadeira	Barra do Garças - Voadeira
4	Memorial da Guerra do Paraguai	Barão de Melgaço
5	Museu Memória e Identidade Indígena	Cáceres
6	Museu de Cáceres – Histórico	
7	Centro de Pesquisa e Museu de Antropologia, Etnografia, Arqueologia, Paleontologia e Espeleologia de Cáceres (UNEMAT)	
8	Casa de Memória de C. Novo dos Parecis	Campo Novo dos Parecis
9	Fundação Pró-Memória	Canarana
10	Sala de Memória Chapada dos Guimarães	Chapada dos Guimarães
11	Parque Nacional Chapada dos Guimarães	
12	De Arte Sacra de Chapada dos Guimarães	
13	Museu Casa Memorial dos Viajantes	Diamantino
14	Museu da Diocese Padre João Bosco Burnier	
15	Centro C. Bororo de Meruri (ligado ao Museu D. Bosco - Campo Grande, MS)	Gal. Carneiro - Aldeia de Meruri
16	Museu Comunitário e Centro de Cultura Xavantes de Sangradouro (idem, ligado ao Museu Dom Bosco)	Gal. Carneiro - Aldeia Ind. Sangradouro
17	Museu Histórico de Itiquira	Itiquira
18	Museu Salesiano dos Povos da Floresta	Juína
19	Casa de Memória Frei Salvador Rouquette	Nossa Senhora do Livramento
20	Museu do Índio	Paranatinga
21	Museu Professor Nenézio Quintino Silva	Poconé
22	Cantinho da Vovó Bem	
23	Museu de Pedra Marinho Kaba	
24	Museu de Poconé	
25	Casa de Memória Amarílio B. de Brito -Museu da Farmácia	Poxoréu
26	Instituto Memória Professora Nívia Dinart	Primavera do Leste
27	Sala da Memória Japonesa	Rondonópolis
28	Museu Rosa Bororo	
29	Museu Municipal Histórico e Indígena de Rosário Oeste	Rosário Oeste
30	Museu Histórico do Centro-Oeste	São Félix do Araguaia
31	Museu da Cadeia Pública – Artes Plásticas, Etnografia, Arqueologia e História	
32	Museu da Usina Itaici	Santo Antônio do Leverger
33	Museu da Cadeia Pública Marize Ribeiro Vitório	
34	Memorial Rondon	St. Antônio do Leverger/Mimoso
35	Museu Histórico de Sinop	Sinop
36	Museu do Palácio dos Capitães Gerais	Vila Bela da Santíssima
37	Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo P. da Cruz	Trindade
38	Museu Anatomo-patológico e de Insp. de Prod. de Origem Animal Chico Costa	Várzea Grande
39	Museu Ubaldo Monteiro da Silva	
40	Sala de Memória Júlio Campos	
41	Museu Dona Sinharinha de Passagem da Conceição	

O número de museus no estado em pauta é relevante, considerando-se a ocorrência da divisão em dois estados, na década de 1970 e, conseqüentemente, a criação da maioria dos municípios no mesmo período. É em tal contexto histórico que se observa mais de quatro décadas após este fato histórico, a inexistência de políticas públicas para os museus, em nível estadual, e a falta de participação no cenário nacional, inclusive na Política Nacional de Museus, lançada em 2003. Ressalva-se, contudo, que nesta política houve participação de intelectuais brasileiros, ou seja, de “agentes locais”. Tais acessos podem ser entendidos como *fissuras* do poder e do sistema capitalista em projetos globais.

A partir desta parte do artigo, nos deteremos na participação política do estado de Mato Grosso, nos anos de 2009 e 2010, para a elaboração e aprovação do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), integrado à Política Nacional de Cultura (PNC), momento de final do mandato do Presidente, Luís Inácio Lula da Silva e do governador Blairo Maggi.

A participação mato-grossense tomou corpo nos trabalhos preparatórios para o 4º Fórum Nacional de Museus, que foram organizados em etapas. Na primeira, foram definidos em Encontros Estaduais, – o no caso de Mato Grosso, realizado no Museu de Arte Sacra, em janeiro de 2010 – representantes da sociedade civil (a professora Simone Nolasco da Universidade de Cuiabá-UNIC e da Rede de Educadores em Museus e Patrimônio de Mato Grosso – REMP/MT) e do poder público (Maria Antúlia Leventi, coordenadora do Patrimônio Cultural da Secretaria Estadual de Cultura

de Mato Grosso) para participarem da segunda etapa, a 1ª Pré-conferência de Museus e Memórias, que se deu em fevereiro de 2010, no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro-RJ. As despesas dos participantes da sociedade civil e dos órgãos públicos foram subsidiadas pelo Instituto Brasileiro de Museus-Ibram. No referido encontro foram definidos os eixos e as estratégias (Quadro 4) que nortearam as propostas elaboradas nos respectivos estados, além de outras diretrizes para a etapa seguinte, já o 4º Fórum Nacional de Museus, do qual participou, como representante da Secretaria Estadual de Cultura de Mato Grosso, a professora da Universidade Federal de Mato Grosso, Jocenaide Maria Rossetto Silva (HIS/CUR/UFMT) e, pela sociedade civil, a já citada professora Simone Nolasco.

Portanto, o 4º Fórum Nacional de Museus e o Plano Nacional Setorial de Museus são decorrentes da 1ª Pré-Conferência de Museus e Memórias e da II Conferência Nacional de Cultura – II CNC, ocorridas em fevereiro e em março de 2010, respectivamente, e, de certa forma, constitui-se em desdobramentos do Plano Nacional de Cultura.

Em meio a projetos locais, focaliza-se a proposta da plenária estadual de Mato Grosso, Secretaria de Estado de Cultura - Cuiabá-MT e do Sistema Estadual de Museus do Estado de Mato Grosso (Quadro 4), encaminhada ao Instituto Brasileiro de Museus na última semana de junho de 2010, com o objetivo de contribuir para a elaboração do Plano Setorial Nacional de Museus (2010 a 2020), a qual foi publicada na íntegra e encaminhada ao Plano Nacional de Cultura (PNC), junto às propostas dos demais estados participantes.

Eixo I – PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL

Diretriz: Assegurar fomento para pesquisas (sobre a produção simbólica e a diversidade cultural) e atividades educativas no espaço museológico

Estratégia 1: Formar e qualificar profissionais aptos para o desenvolvimento das ações

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1-Criar assessorias e treinamentos a equipes (existentes e novas) de pesquisas interdisciplinares nos museus para o desenvolvimento de mapeamento, inventário e valorização da produção simbólica, da poética (canto, música, poesia e outras oralidades), da cultura do corpo e da cultura material de matrizes afro-brasileira, indígena e de imigrantes visando a sua preservação nos museus e divulgação em <i>cds</i> , <i>dvds</i> , sites, livros, revistas (<i>on-line</i> e impressas) e audiovisuais.	2 por semestre	5 anos
2-Desenvolver o setor de pesquisas museológicas, definindo cotas de bolsas de estudos em nível de <u>pós-graduação</u> (especialização, mestrado e doutorado) para os funcionários dos museus e outros interessados em atuar na área.	2 ações por semestre	5 anos

Estratégia 2: Implantar política federal, estadual e municipal visando à legitimação do educador no museu

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 - Criar intercâmbio para a formação e ampliação de saberes de educadores para museus com instituições educacionais em nível de graduação e pós-graduação, visando ao desenvolvimento de projetos de <i>Educação para a Diversidade Cultural e Patrimonial</i> nos museus.	2 por semestre	5 anos
2 – Contratar por meio de concurso público e CLT recursos humanos qualificados para trabalhar na área de Educação em Museus.	Sempre que necessário	5 anos

Eixo II – CULTURA, CIDADE E CIDADANIA

Diretriz: Fomentar um Programa Nacional de Incentivo à Cultura Local.

Estratégia 1: Definir orçamentos das três esferas: federal, estadual e municipal.

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 – Implementar o programa MAIS MUSEUS subsidiando financeiramente a <u>elaboração de projetos e construção de museus</u> em cidades com mais de 170.000 habitantes e 50 anos de existência.	6	Anual
2 _ Implementar o programa <u>MODERNIZAÇÃO DE MUSEUS</u> , subsidiando reformas nos museus existentes nas cidades do interior do Brasil, por meio de verbas anuais destinadas à: -Elaboração de projetos, compra de material e contratação de mão de obra especializada para reforma dos prédios; -Aquisição de móveis, equipamentos e materiais; - Contratação de mão de obra especializada para o planejamento de instalações de informática e outras mídias; -Assessoria e treinamento de recursos humanos para realizarem o tratamento, organização de acervos, pesquisas e exposições; -Aquisição e ampliação dos acervos.	6	Anual

Artigos

Estratégia 2: Formar e capacitar recursos humanos

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 – Formar recursos humanos em Museologia por meio da criação de cursos <u>técnicos, de graduação e pós-graduação em Museologia</u> (especialização, mestrado e doutorado) nos estados que ainda não os têm.	48	semestral
2 – Desenvolver o setor de pesquisas museológicas, definindo cotas de bolsas de estudos em nível de <u>pós-graduação</u> (especialização, mestrado e doutorado) para os funcionários dos museus e outros interessados em atuar na área.	48	semestral

Eixo III – CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Diretriz: Viabilizar a criação e implantação de um Programa Nacional de Incentivo à Cultura e ao Desenvolvimento Sustentável Local

Estratégia 1: Definir orçamentos das três esferas: federal, estadual e municipal

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 – Criar e desenvolver projetos culturais integrados entre museus e outros setores econômicos, preferencialmente aqueles ligados ao Sistema Turístico-SISTUR, com vistas à implementação do desenvolvimento sustentável local, estadual e regional no país.	12	anual
2 – Contratar por meio de concurso público e CLT recursos humanos qualificados para compor equipes interdisciplinares para trabalhar em museus conforme as características temáticas e especializadas de cada uma destas instituições.	27	anual

Estratégia 2: Democratizar o conhecimento da área museológica e o acesso aos aparelhos culturais

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 – Implementar em rede nacional, estadual e federal um <u>Plano de Marketing Museológico</u> por meio da elaboração e exibição na Rede Globo de um programa semanal com 40 minutos de duração (em horário nobre) enfocando as ações nos museus (eventos, programas, projetos, exposições, pesquisas, etc), das Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura, do Ibram e do MINC.	52 semanas por ano	5 anos
2 – Contratar equipe especializada para fazer filmagens, fotografias e outras mídias para a composição do plano de <i>marketing</i> dos museus.	6	anual

Eixo IV – CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

Diretriz: Fortalecer a relação do espaço museológico com as comunidades em geral

Estratégia 1: Criar um fundo sociocultural destinado à elaboração de planos

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 _ Elaborar planos museológicos, museográficos e plano de ação para o incentivo à cadeia criativa e produtiva de bens culturais via museus, facilitando a mostra e comercialização de obras de afro-descendentes, indígenas e outros brasileiros.	3	anual
2 – Realizar a circulação dos bens produzidos nos museus e por meio do incentivo a cadeia criativa e produtiva local, em eventos e publicações em cds, dvds, sites, livros, revistas (<i>on-line</i> e impressas) e audiovisuais.	4	anual

Estratégia 2: Manter parcerias com instituições afins

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 – Desenvolver ações e atividades voltadas para as potencialidades dos saberes e fazeres dos detentores dos bens culturais imateriais.	4	anual
2 – Formar grupos de estudos para identificar as comunidades tradicionais.	1	anual

Eixo V – GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA

Diretriz: Garantir a Política federal, estadual e municipal para area museal e regulamentar o Estatuto de Museus

Estratégia 1: Desenvolver parcerias com os governos e o terceiro setor para a gestão compartilhada.

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 – Realizar convênios com as três esferas para o desenvolvimento das ações e atividades museais.	10	anual
2 – Contratar profissionais das áreas afins para ministrar cursos, oficinas, palestras, seminários, fóruns...	4	anual

Estratégia 2: Criar uma rede de informações entre o poder público e a sociedade civil.

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 – Definir por meio dos Fóruns Nacional, Estaduais e Municipais de Museus, diretrizes e decisões para o estabelecimento de Planos Plurianuais e Leis Orçamentárias assegurando a execução, nas Leis Orçamentárias Anuais das três instâncias, recursos garantidos para que as Secretarias de Cultura dos Estados e Municípios mantenham projetos continuados nos museus: redes de informação, intercâmbios, pesquisas, tratamento de acervos, ampliação de acervos, aquisição de novos equipamentos e contratação de funcionários.	3 fóruns por ano	5 anos
2 - Organizar um FÓRUM PERMANENTE DE MUSEUS NAS SECRETARIAS DE CULTURA por meio da formação de grupos de estudos; confecção de materiais gráficos de divulgação dos equipamentos culturais e ações: seminários, oficinas e <i>marketing</i> museal.	3 projetos semestrais	5 anos

Quadro 4. Proposta do Estado de Mato Grosso para o Plano Nacional Setorial de Museus.

Fonte: Elaborado pela Comissão do Sistema Estadual de Museus de Mato Grosso, com a colaboração de Maria Antúlia Levantti (SEC/MT), Jocenaide Maria Rossetto Silva (HIS/CUR/UFMT) e Simone Nolasco (UNIC e REMP-MT).

Convém esclarecer que a participação desta pesquisadora na elaboração da proposta, enquanto delegada estadual, foi norteadas pelos eixos: Produção simbólica e diversidade cultural; Cultura, cidade e cidadania; Cultura e desenvolvimento sustentável; Cultura e economia criativa; Gestão e institucionalidade da cultura e, teoricamente fundamentada (FANON, 1983; CÉSAIRE, 1971; PRATT, 1999; GLISSANT, 2005; ANTONACCI, 2010) em favor dos *saberes locais em projetos globais*. Para tanto, se considerou nos estudos culturais desenvolvidos no Brasil a matriz indígena, ampliada historicamente por africanos, europeus e asiáticos; e, num esforço político, foi conferido especial atenção aos registros da cultura imaterial e aos museus do Mato Grosso e do Brasil.

O outro fio condutor das contribuições desse estado pautou-se nos enfrentamentos e no aproveitamento das oportunidades democráticas que apareceram como fissuras no contexto capitalista, com vistas à contribuir para: (1) a valorização dos saberes e da cultura nos museus, cujos cotidianos, repletos de crianças, mulheres e homens, se impõem junto às necessidades que se refletem nesta mesma proposta, com destaque para (2) a qualificação profissional em nível de graduação e pós-graduação e (3) a implantação de recursos tecnológicos e de pesquisas.

Observe-se que os projetos locais são permeados por esta e outras lutas e formas de resistência e mediações, se analisados em contextos globais. Estes três itens podem colaborar, inclusive, para a utilização de diferentes linguagens e tecnologias midiáticas a

serem usadas nos registros das manifestações das culturas e histórias locais, contribuindo para que estas não caiam no esquecimento e, ainda, para que sejam difundidas em contextos de globalização. Quero dizer que registros em diferentes mídias são formas de resistência e ressignificação cultural e que, neste mesmo sentido, argumentam vários intelectuais, inclusive Antonacci:

Na tentativa de surpreender travessias de oralidades e outras linguagens deslocadas, tornam-se fundamentais estudos sobre festas e tratamentos cênicos ou cinematográficos que respaldam padrões próprios de comunicação, traduzindo, em momentos fugazes, hábitos, princípios e ética de vivências comunitárias. Recursos audiovisuais, artisticamente encenados em contextos singulares, tornam possível transmitir e preservar, a grupos comunitários, testemunhos, poéticas e saberes africanos, indígenas e afro-diaspóricos, tornando sensíveis histórias locais em contextos de globalização. (ANTONACCI, 2010, p. 4).

Todavia, é bom lembrar também que tais intenções democráticas dos organizadores se deram em momento de transição governamental – final do mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva e do governador Blairo Maggi –, o que significa que, até onde nos foi permitido, acompanhamos e defendemos este posicionamento. Esperamos, de alguma forma, chegar aos museus locais de Mato Grosso e de outros estados do Brasil por meio da elaboração das diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus que integrou a Política Nacional de Cultura. No documento final é possível se observar a mencionada intenção

democrática:

Ao mesmo tempo em que se configura como resultado da Política Nacional de Museus, o Plano Setorial mostra o fortalecimento e amadurecimento do setor para planejar de forma conjunta. Elaborado a partir de um processo democrático de gestão, em que o Ibram atuou no sentido de propiciar os espaços necessários ao debate, o PNSM é fruto da construção coletiva da comunidade museológica, ansiosa por cumprir seu papel de agente participativo e atuante na configuração do futuro da área. (Ibram. 2011, p.3).

A organização e a pauta do 4º Forum Nacional de Museus, tiveram por tema **Direito à Memória, Direito a Museus**, “... que sinaliza a importância política de se pensar o museu como conector cultural de espaços e tempos diversos.”; quanto a programação paralela previu a Reunião da Rede de Educadores em Museus – REM, Reunião dos Professores de Museologia e do Conselho Internacional de Museologia ICOM–Brasil

Às discussões levadas a efeito nesse Fórum Nacional de Museus foram organizadas por *eixos setoriais* discutidos em miniplenárias; e em *eixos transversais*, segundo os quais cada grupo elaborou propostas a serem debatidas em minifóruns setoriais e reorganizadas para a plenária final. Em ambos os momentos trabalhou-se com as especificidades e lógicas museais, abordados por grupos que se formaram pela adesão à área de interesse a partir das inscrições individuais..

Artigos

EIXOS TRANSVERSAIS	DIRETRIZES
GESTÃO MUSEAL	Consolidação da prática de elaboração do plano museológico e dos princípios metodológicos de gestão participativa, envolvendo a comunidade no processo de construção dos planos museológicos em atendimento ao Estatuto dos Museus.
PRESERVAÇÃO, AQUISIÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DE ACERVOS	Estabelecimento de uma política nacional de preservação e aquisição de acervo que possa servir de referência para os museus ou para iniciativas de ações museológicas adotarem suas próprias políticas de preservação e aquisição de acervo.
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	Adoção de uma estratégia de atuação na área que combine ciclos de formação continuada dos profissionais dos museus, em atendimento às reais necessidades dessas organizações, e a gestão junto aos órgãos competentes para propor adequações curriculares em cursos de graduação e pós-graduação que tratem de temas afetos ao campo da Museologia.
EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL	Consolidação de prática de desenvolvimento de projetos sociopedagógicos e culturais que combinem estratégias de parcerias com o setor de ensino formal, promovendo os conteúdos dos museus como ferramentas educativas e estratégias de aproximação com as comunidades onde estão esses museus, para inseri-las no processo de elaboração dos projetos sociopedagógicos e culturais dos museus.
MODERNIZAÇÃO E SEGURANÇA	Capacitação dos profissionais dos museus em relação aos padrões de segurança em museus.
ECONOMIA DOS MUSEUS	Consolidação de mecanismos e instrumentos, inclusive legais, que viabilizem alternativas de sustentabilidade econômica dos museus e do desenvolvimento local.
ACESSIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	Desenvolvimento de capacidades técnicas específicas e de recursos financeiros para que os museus realizem as adaptações necessárias em atendimento aos requisitos de acessibilidade e sustentabilidade ambiental; e, ao mesmo tempo, possam promover ações de promoção de consciência crítica junto a seu público e à comunidade onde está inserido.

COMUNICAÇÃO EXPOSIÇÃO	E	Consolidação de estratégias de exposição e comunicação que conjuguem mostras itinerantes e utilização de meios midiáticos comunitários que promovam a interação com a população, inclusive no processo de elaboração da exposição.
PESQUISA INOVAÇÃO	E	Promoção de equipes de pesquisa em museus ou de núcleos de pesquisa, bem como o apoio e estímulo à formação continuada desses profissionais.

Quadro 5. Eixos transversais

Fonte: Ibram. Plano Nacional Setorial de Museus. 2011. Organização: Jocenaide Maria Rossetto Silva.

Os grupos tomaram como ponto de partida a caracterização dos museus: *Museu de Arte*; *Museu de História*; *Museus de Cultura Militar*; *Museus de Ciências e Tecnologia*; *Museu Etnográfico*; *Museu Arqueológico*; *Museus Comunitários e Ecomuseus*; *Museu da Imagem e do Som e Novas Tecnologias*; *Arquivos e Bibliotecas de Museus*. Finalmente, foi composto o documento oficial, Sendo que o documento oficial foi composto após a elaboração e aprovação nas miniplenárias e na plenária final, que traçou uma diretriz para cada categoria de museus, duas estratégias e respectivas ações e metas quantitativas e temporais que podem ser encontradas no documento do Plano Nacional Setorial de Museus.

No caso de Mato Grosso, os municípios onde se localiza a maior parte das seis dezenas de museus, mantêm seções que de algum modo agregam acervos correlatos às categorias de museus elencadas em tal política, pois são poucos os específicos. Contudo, trago para este artigo, considerando a quantidade de sítios arqueológicos e a significativa presença indígena no estado, o resultado das discussões __ das quais participei no Fórum __ e uma análise preliminar do planejamento dos setores Museu Arqueológico e Museu Etnográfico. É oportuno ressaltar que no encontro houve o desmembramento das áreas,

provocado pelos interesses dos intelectuais do campo da Arqueologia, que se deu sob a alegação das particularidades de cada uma, em especial no que se refere às discussões a serem realizadas para a definição de competências entre o recém-criado Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e as questões econômicas e de legislação sobre a aprovação de projetos de *arqueologia de contrato*, que são submetidos ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional-IPHAN.

O eixo *Gestão Museal*, no caso do setor *Museu Etnográfico*, enfatizou a Gestão Participativa, ou seja, o incentivo para que se processe no ambiente museal a participação dos funcionários na tomada de decisões, na elaboração de programas e projetos, de forma a valorizar as potencialidades individuais; nesta política e filosofia organizacional, também faz-se pertinente a participação da comunidade do entorno do museu e outras que, de alguma forma, estão representadas nos acervos dos museus, embora localizem-se a distância, como o caso dos indígenas que habitam as aldeias e terras indígenas em todas as partes do país.

A Gestão Museal Participativa pode ser usada em prol da eficácia administrativa do ambiente organizacional também por meio de redes entre os museus etnográficos em nível municipal,

estadual, nacional e internacional, permitindo ações integradas proativas em favor da Etnografia. No setor *Museu Arqueológico*, a ênfase do eixo *Gestão Museal* recaiu sobre a legislação, normatização, criação de fundos para a gestão do patrimônio arqueológico; criação de museus arqueológicos do Ibram; qualificação dos museus arqueológicos já existentes.

Temos, então, duas abordagens que foram pensadas em separado, contudo se complementam nas necessidades de criação de fundos para a gestão do patrimônio, quer seja etnográfico, arqueológico, histórico, de arte ou de qualquer outra modalidade, visto serem necessários, sempre, os recursos financeiros para viabilizar qualquer política cultural.

Ainda comparando-se as proposituras, observam-se algumas compatibilidades, considerando-se as necessidades dos Museus de Arqueologia e Etnografia, assim como certas disparidades, devidas às particularidades de cada área. No eixo *Preservação, Aquisição e Democratização de Acervos*, evidencia-se em ambos os casos a importância conferida a recursos para pesquisa, musealização e comunicação. No seguinte, *Formação e Capacitação*, a política estabelecida apontou para a cooperação técnica entre profissionais e instituições visando à criação de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão em nível de graduação e pós-graduação. O eixo *Educação e Ação Social*, apresenta previsões para ações de Educação Patrimonial junto à comunidade e nos museus, por meio da Rede de Educadores em Museus – REM, que já se faz presente em âmbito nacional. Já no eixo *Modernização e Segurança*, são contemplados procedimentos de modernização na curadoria e a comunicação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos pela Museologia. No que se refere à *Acessibilidade e Sustentabilidade Ambiental*, as palavras de ordem para a Etnografia são

interdisciplinaridade e interculturalidade, e mencionam-se *redes* de museus de Arqueologia a céu aberto. O eixo *Comunicação e Exposição* apresenta como prioridade processos e programas comunicacionais com capacidade para a integração da comunidade nas ações museais. No eixo *Pesquisa e Inovação* foram estabelecidas estratégias para a pesquisa em Etnomuseologia e Arqueologia no Brasil.

Por fim, foram indicadas mudanças na legislação objetivando atender às necessidades da patrimonialização e musealização etnográfica e arqueológica, no eixo *Economia dos Museus*. Este fato se observa também nos demais museus setorializados, cujas necessidades se complementam e às vezes se reproduzem elencando a criação de fundos para incentivar o setor, apontando possibilidades para ampliar a sustentabilidade dos museus, tais como isenção de impostos, incentivo a programas e projetos, estímulo ao turismo cultural entre outros fatores relevantes para a economia dos museus. Explicita-se que o PNSM contribui para o planejamento e estimativas orçamentárias do governo federal, considerada um avanço como modelo de planejamento setorial:

O PNSM, como parte integrante do PNC, organiza, estrutura e viabiliza as políticas públicas voltadas ao setor museal no país. Nesse sentido, representa um marco de regulação de longo prazo para as políticas públicas para o setor de museus; ao mesmo tempo em que deverá adequar-se a uma estrutura de planejamento nos moldes do Plano Plurianual - PPA, devendo contemplar e indicar ações (projetos ou atividades), com metas e estimativas orçamentárias. Nesses termos, pode-se dizer que o PNSM já representa por si só um avanço em seu processo de consolidação como modelo de planejamento setorial. (Ibram, 2011, p. 21-22).

Considerações Finais

A sociedade e suas instituições musealizam objetos, definem como patrimônio cultural monumentos, cidades e outras materialidades, bem como elementos que compõem o universo da cultura imaterial, os quais, somados aos primeiros, tornam-se representações da memória histórica e cultural. Por fim, criam espaços para manter esses objetos e elementos, onde se processam negociações internas e externas com o propósito de conservá-los, pesquisá-los e divulgá-los ao maior número de interessados. Arantes explica que:

A memória social se refere, normalmente, a agências, atores ou redes sociais localizados e relativamente de pequena escala; o patrimônio cultural, no sentido estrito do termo, resulta de complexas – e geralmente tensas – negociações envolvendo mediadores culturais oriundos de diferentes meios sociais e culturais. São exemplos de tais intermediários os representantes e guardiões “das comunidades culturais”; o pessoal técnico-administrativo que trabalha junto às instituições de preservação; os consultores independentes, especialistas e ativistas políticos; empresários e profissionais de marketing interessados em desenvolver oportunidades de negócios baseadas no patrimônio enquanto recurso econômico. O que quer que seja classificado e protegido como patrimônio por uma instituição governamental será, de um modo ou de outro, permeado por essas negociações. (ARANTES, 2009, p.173.)

Nesse universo de preservação patrimonial, os museus, como um exemplo, e todos os demais setores da sociedade transitam em uma “corrida” pela implantação das novas tecnologias; no caso específico,

essa busca ocorre tanto para a organização e catalogação dos arquivos, como para a modernização das exposições com os mais variados tipos de mídias, som e luz, visando a ampliar e tornar mais atrativas as exposições, independentemente da modalidade de expografia adotada.

Em uma abordagem mais ampla, observa-se as mudanças processadas pelas novas tecnologias na América Latina, que são também, objetos de reflexão dos intelectuais da cultura. A exemplo de Canclini (2008) que reflete sobre as operações que se concretizam nos campos político, econômico, tecnológico, educacional e cultural da pós-modernidade; e ainda, ressalta a tendência à *estetização do patrimônio* (os objetos são retirados do contexto original e re-organizados sob a visão de espetáculo), a *ritualização da história* (adequada ideologias, interesses políticos), e a *ritualização antropológica* – que visam ampliar a visitação e o interesse para os museus.

Finalizo este artigo sem esgotar as possibilidades de discussão, reportando-me a Lévi-Strauss, que vê na mobilidade humana sobre o planeta e para fora dele a complexidade da vivência no particular e a experiência acumulada e transmitida por gerações sucessivas no social. Nos dois casos, que se imbricam, se complementam e se reproduzem, observo a essência da natureza do humano: bom e mau, numa luta constante em busca do equilíbrio, ou, como diria Freud, numa luta entre pulsões de vida e de morte. É assim que vejo a relação entre saberes locais e projetos globais que se tornou no contexto da experiência apresentada, o fio condutor das reflexões:

Ao se locomover dentro de seu espaço, o homem transporta consigo todas as posições que já ocupou, todas as que ocupará. Está simultaneamente em toda parte, é uma multidão

Artigos

que avança de frente, recapitulando a cada instante uma totalidade de etapas. Pois vivemos em vários mundos, cada um mais verdadeiro do que o outro que ele contém, e ele mesmo falso em relação ao que engloba. Uns se conhecem pela ação, outros se realizam pensando, mas a contradição aparente, que decorre da coexistência entre eles, se resolve na obrigação que temos de atribuir um sentido aos mais próximos e recusá-los aos mais distantes, enquanto a verdade está numa dilatação progressiva de sentido, mas em ordem inversa e levada até a explosão.

Como etnógrafo, deixo então de ser o único a sofrer com uma contradição que é de toda a

humanidade e que traz em si a sua razão. (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 390)

A dilatação progressiva de sentido da participação política de poucos representantes do estado de Mato Grosso na Política Nacional Setorial de Museus, em 2009 e 2010, tem mérito e carece de registro, não só pela sua importância histórica, mas para que não caia no esquecimento, e também porque na aparente contradição da coexistência considero a *obrigação que temos de atribuir um sentido aos mais próximos* – os museus de Mato Grosso, seus sujeitos e seus objetos – e *recusá-lo aos mais distantes*.

⁴⁵ Docente do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso, no Campus Universitário de Rondonópolis; Doutoranda em História Social na PUC-SP; Mestre em Educação pelo IE/UFMT. Representante/Delegada do estado de Mato Grosso no 4º Fórum Nacional de Museus. Líder do GP Interfaces - História, Museologia e Ciências Afins-ICHS/CUR/UFMT. jocenaide@ufmt.br; jocenaide@hotmail.com.

⁴⁶ Trata-se do desenvolvimento da pesquisa *História da preservação do patrimônio cultural: as políticas públicas e os museus de Mato Grosso (2003 a 2009)*, cuja realização se deu em 2009, com o apoio do 1º Edital IPHAN/Copedoc/Fundar - Seleção de pesquisa da Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil; **bem como da** participação da pesquisadora na elaboração do *Plano Nacional Setorial de Museus* e a realização da pesquisa *Políticas públicas para os museus*, desenvolvida de maio/2009 a janeiro/2011 no GPHISMEC/ICHS/CUR/UFMT.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo?* E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *Colonialidade e decolonialidade de corpos e saberes*. São Paulo; 2010 (texto digitado) 23p.

ARANTES, Antônio A. Inventários e a salvaguarda do patrimônio cultural: ensaio de Antropologia Pública. *Anuário Antropológico*. 2009. (texto digitado), pp. 173-222.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acessado em 02 abr. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. 1º Edital IPHAN/Copedoc/Fundar, de seleção de pesquisa da Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. Disponível em <http://www.cultura.gov.br>. Acessado em 2 fev. 2009.

_____. 4º Fórum Nacional de Museus. Disponível em <http://www.cultura.gov.br>. Acessado em 23 set. 2010.

_____. *Sistema Brasileiro de Museus*. Disponível em <http://www.museus.gov.br>. Acessado em 09 de abril de 2009.

- BRASIL. MINISTERIO DA CULTURA.** Instituto Brasileiro de Museus. *Plano Nacional Setorial de Museus*. Disponível em <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/pnsm2.pdf>. Acessado em 05 mai 2011.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Porto: Poveira, 1971.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Fator, 1983.
- GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MACHADO, Maria Fátima Roberto. [Entrevista concedida à Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso-ADUFMAT] In. <http://www.diariodecuiaba.com.br>. *Maria Fátima Machado traz o lado B da UFMT. A relação entre antropólogos, índios e indigenistas do Museu Rondon por meio de uma nova ótica além dos discursos oficiais e/ou regionalizantes*. Cuiabá-MT, jun. 2009.
- MATO GROSSO. DECRETO Nº 959, de 5 de dezembro de 2007. *Organiza sob a forma de Sistema as atividades de Museus do Estado de Mato Grosso*. Assinado pelo governador Blairo Maggi.
- MATO GROSSO. *Lei nº 3.774, de 20 de setembro de 1976*. Disponível em <http://www.cultura.mt.gov.br>. Acessado em 01 abr 2009.
- NASCIMENTO JR., José e CHAGAS, Mario de Souza. *Política Nacional dos Museus*. Ministério da Cultura. 2007. Disponível em <http://www.museus.gov.br>. Acessado em 09 abr. 2009.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história*. A problemática dos lugares. Trad. Yara Aum Khoury. Disponível em <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acessado em 12 out. 2009.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EdUSC, 1999.
- RANGEL, Fabiano.** *MinC faz balanço da Política Nacional de Museus, que completa cinco anos de conquistas*. Disponível em <http://xemele.cultura.gov.br/museus/2008/07/01>. Acessado em 02 jun. 2009.
- SCHEINER, Teresa Cristina. Políticas e Diretrizes da Museologia e do patrimônio na atualidade. In. BITTENCOURT, J.N; GRANATO, M; BENCHETRIT, S.F. *Museu, Ciência e Tecnologia* – Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007, p. 33-48.
- SILVA, Jocenaide Maria Rossetto. *História da preservação do patrimônio cultural: as políticas públicas e os museus de Mato Grosso (2003 a 2009)*. Rio de Janeiro: 2009. IPHAN/COPEDOC FUNDAR - 1º Edital IPHAN Copedoc/Fundar - seleção de pesquisa da preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. (monografia, 95p.)

Entrevistas

- ALENCASTRO, Aníbal. Geógrafo, escritor e gerente do Museu Histórico de Mato Grosso. [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Cuiabá-MT, 28 mai. 2009.
- ARIANO, Heloísa. Professora do curso de Antropologia da UFMT. Supervisora do Museu Rondon desde fev/2008, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Cuiabá-MT, 18 mai. 2009.
- CONTE, Cláudio Quoos. Historiador e chefe da Sub-regional da 14ª SR do IPHAN - **Instituto do Patrimônio**

Artigos

Histórico e Artístico Nacional, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Cuiabá-MT, **20 mar. 2009**.

DALSICO, Arali Maísa Parma. Historiadora. Presidente da ASAMUR, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Cuiabá-MT, 26 mai. 2009.

FERREIRA, Ivanildo José. Professor do Departamento de História/ICHS/CUR/UFMT. Atuou na assessoria para a implantação do Museu Rosa Bororo, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Rondonópolis-MT, 10 ago. 2009.

HURTADO, Elisete M.C. Silva. Historiadora. Funcionária da UFMT e foi supervisora do Museu Rondon. [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Cuiabá-MT, 30 set. 2009.

JESUS, Antônio João de. Indigenista. Foi curador do Museu Rondon e funcionário da Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente é membro da ASAMUR e voluntário no Museu Rondon, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Cuiabá-MT, 26 mai. 2009.

KURIREUDO, Leonida Maria Akiri. Índia Bororo e curadora do Centro de Cultura Padre Rodolfo Lunkenbein, da aldeia de Meruri e funcionária do Museu das Culturas Dom Bosco, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Aldeia de Meruri, Município de General Carneiro-MT, 10 set. 2009.

LEVENTE, Maria Antúlia. Historiadora. Coordenadora de Patrimônio da Secretaria Estadual de Cultura de Mato Grosso, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Cuiabá-MT, **22 abr. 2009**.

REGO, Marildes Ferreira do. Historiadora. Trabalhou na implantação do Museu Rosa Bororo, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Rondonópolis-MT, 10 ago. 2009.

SILVA, José Tadeu Júlio. Historiador e funcionário da Sub-regional da 14ª SR do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. **Cuiabá-MT, 20 mar. 2009**.

WEISEMANN, Silvânia. Graduada em Informática e Gerente de Museologia da Secretaria Estadual de Cultura de Mato Grosso. [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. **Cuiabá-MT, 22 abr. 2009**.